



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11594 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

**DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA MUDANÇA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FE/UFG NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

Simone Alexandre Martins Corbiniano - UFG - Universidade Federal de Goiás

Ged Guimarães - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

**DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA MUDANÇA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FE/UFG NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

## **INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

O resumo que ora apresentamos corresponde à pesquisa que está sendo desenvolvida por professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG e da Universidade Estadual de Goiás/UEG-ANÁPOLIS. Embora seja um projeto interinstitucional, optou-se nesta pesquisa por estudar a dimensão epistemológica da formação docente, pressuposta na mudança curricular do curso de Pedagogia da UFG, que abandonara as habilitações – administração, supervisão, orientação e inspeção escolar do pedagogo –, em favor da docência como sua natureza fundante, no início da década de 1980 (UFG/FE, res. 207, 1984).

A questão central nesta pesquisa é perscrutar se o currículo aprovado na FE/UFG foi efetivamente implementado. Busca-se compreender os pressupostos teóricos do curso de pedagogia vigentes antes da mudança curricular de 1984, bem como aqueles que resultaram no então novo currículo. O que se propõe não é a investigação das mudanças nos currículos, procurando as contabilizações de créditos por disciplinas e o lugar delas no curso, as alterações das ementas, ou critérios de avaliação dos alunos pelo professor; mas buscar compreender se o entendimento de que o pedagogo é um docente fora implementado, ou se essa definição fora subsumida pelo atendimento às demandas imediatas da sociedade, que

sempre requer um profissional que saiba operá-la.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa estritamente bibliográfica. Buscamos nos textos a compreensão dos embates epistemológicos travados localmente na Faculdade de Educação e na UFG, bem como nos documentos das instituições de ensino e associações do Estado de Goiás e, em âmbito nacional, sobretudo, nos documentos e artigos das associações ANFOPE e ANPED.

A nossa dúvida – se *o currículo aprovado na FE/UFG* foi efetivamente implementado – decorre de uma espécie de subsunção dos fundamentos da educação ao caráter prático, operacional e utilitário em correspondência com as exigências da sociedade, compreendida por mercado, o que não passa de um modo diferente de conceber o pedagogo. Ou seja, se os anteriores pedagogos com habilitações específicas não estudavam sobre a universalidade da educação, os novos não teriam se tornado um generalista sem fundamentos?

Não se procura uma resposta ou uma possível solução considerando o tempo cronológico, mas busca-se compreender a composição lógica (VERNANT, 2002). Todavia, o tempo cronológico – décadas de 1980 e 1990 – é o recorte que marca o entusiasmo pela ideia de participação, e que resultou na definição do pedagogo como um docente, bem como, em meados dos anos de 1990, redundou na perda do entusiasmo, o que nos leva a afirmar que o currículo, apesar de ter sido aprovado não foi implementado. Por outras palavras, é partindo desse tempo cronológico que se busca entendimento lógico.

## **DESENVOLVIMENTO**

A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás teve uma participação expressiva nos debates sobre a formação de professores, especialmente sobre a formação do pedagogo, entre os anos de 1980 e início de 1990. Os debates e os desdobramentos do III Encontro Nacional de Supervisores de Educação (1980), evento que pôs em discussão a natureza do curso de Pedagogia, cujo resultado foi a tese de que o pedagogo é antes de tudo um docente.

As questões postas naquele evento, bem como a ebulição social vivida no Brasil, que saía da ditadura militar, compõem o que qualificamos como elementos exteriores ao objeto central. Nos anos de 1980 e o início dos anos de 1990 a ideia de participação da sociedade em busca de outra condução da forma política era muito intensa. De uma associação de moradores em busca de melhorias para o bairro, uma forma aperfeiçoada de cidadania; à elaboração de novas leis, uma nova constituição; a sociedade era protagonista.

Acompanhando esse envolvimento da sociedade, a Universidade, sua parte constitutiva, não fica à margem. No caso específico da Faculdade de Educação da UFG, coube a disposição em *criar o novo* e efetivá-lo, o que implicava a seus docentes a disposição em se pôr em permanente interrogação e formação, buscando compreender a natureza da

sociedade, da universidade, da escola, da sala de aula e todos os seus processos. Tratava-se, pois, de uma posição radicalmente contrária à ideia de formação dos especialistas em dadas habilidades, ou competências, para usar um termo atual.

Entre os teóricos que defendiam a nova Pedagogia, cujos egressos do curso teriam a docência como sua natureza, o Prof. Ildeu Coêlho (1999), defendia, conforme posto em seu *Memorial*, que o conhecimento implica, ao mesmo tempo, autoconhecimento, participação na vida coletiva, proposição ao bem da espécie humana, sensibilidade ao belo, vigor racional no desvelamento da realidade física e espiritual. A centralidade da preocupação ética e política, reforça a compreensão de que, “a excelência moral e intelectual não é o bastante; devemos esforçar-nos por possuí-las e praticá-las, ou experimentar qualquer outro meio existente para nos tornarmos bons.” (Aristóteles, *Et. Nic.* 1179 a 45). Nesse modo de pensar o currículo cabe o interesse elevado e permanente quanto à formação, criativa, crítica e democrática – e no caso do pedagogo – especificamente fundamentado na docência.

O prosseguimento da pesquisa abrange estudos específicos, voltados aos princípios implicados no pensamento educacional de intelectuais que exerceram uma participação significativa no debate político, pedagógico e epistemológico que puseram em questão a formação teórico-prática de professores, bem como a formação do pedagogo tendo como eixo fundamental a docência.

## CONCLUSÕES

Partimos da compreensão de que retomar às questões teóricas que resultaram na definição do pedagogo como um docente nos parece essencial, sobretudo, quando se constata atualmente na BNCC (2015) que o seu sentido fundante está na formação de competências. Paulo Freire (1986) advertira sobre os riscos para a formação, quando ela já vem pressuposta exteriormente, neste caso, as demandas postas imediatamente pela sociedade como princípio e fim da educação. Tais demandas, devem ser submetidas à reflexão e à crítica, posto que caminham na contramão da formação para a autonomia.

Como afirma Marilena Chauí: “O ponto de apoio da dominação contemporânea, sob a forma de administração burocrática ou da Organização, é a *separação entre direção e execução* operada em todas as esferas da vida social” (1986, p. 68, grifo nosso). Nesse sentido, a pesquisa vem buscando distinguir e cultivar os princípios críticos e democráticos para o debate da educação, com vistas a contribuir com a formação de novas gerações de professores e pedagogos que precisam refletir sobre suas próprias condições de formação, de autonomia, e de crítica à ideia de representação e tutela como uma questão naturalizada.

Atualmente, quando as ideias reformistas e seus aspectos operacionais mais se destacam e se expandem, sem dúvida parece paradoxal insistir na ideia de um projeto crítico e democrático da razão, da formação humana, e da formação de professores, bem como da

formação do pedagogo. De todo modo, contra as pretensões da pedagogia pragmática fundada nas habilitações, nos conteúdos e técnicas, cabe pensar, sob outros princípios, que a formação humana em geral, e a formação do professor em específico, é o que está em questão na realização de todo projeto de sociedade

Compreendido em seu sentido fundante, o pedagogo é o Professor. Por outras palavras, um *didáskalos*, aquele que sabe ensinar, não porque aprendeu as técnicas de ensino, um modo apropriado de ensinar crianças e adolescentes, mas, sobretudo, porque aprendeu o sentido da vida em sociedade, posto ser o homem, por natureza, social (ARISTÓTELES, 2009).

A formação humanística do pedagogo pressupõe o cultivo do pensamento, uma tarefa crítica por natureza, o que pressupõe o diálogo entre diferentes saberes com um destino comum: a sensibilidade, a imaginação, e o pensamento. Ainda que permanentemente menosprezada, maculada pelo roteiro da cultura utilitária, a formação para além do imediato, prepara o sujeito da cultura, que saiba cultivar a formação em sentido permanente. Ou seja, o professor deve ser aquele que cultiva a vida acadêmica, e não alguém que simplesmente faz um determinado curso e se torna o especialista.

Assim, o pedagogo é o próprio docente que, bem formado, sabe o que é a sala de aula, o planejamento cuidadoso de uma aula, a coordenação da escola e da administração do interesse coletivo da escola e da sociedade ali constituída. O novo pedagogo não seria um generalista, mas alguém que antes de ser um gestor ou avaliador dos outros, é primeiramente um professor *per si*.

Pensamos que a Faculdade de Educação pôs essa questão em debate. Mas, parece, até mesmo ela desprezou esses princípios, o que nos leva a afirmar, embora estejamos com a pesquisa em curso, que o currículo, apesar de ter sido aprovado não foi implementado.

**Palavras-chave:** Pedagogia, Currículo, Formação, Epistemologia.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. e notas de Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 10 abril 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em 15 abril 2022.

CHAUÍ, Marilena. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In. BRANDÃO, Carlos R. **Educador vida e morte**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

COELHO, Ildeu Moreira. **Realidade e utopia na construção da universidade: memorial**. 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

\_\_\_\_\_. A questão política do trabalho pedagógico. In. BRANDÃO, Carlos R. **Educador vida e morte**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FREIRE, Paulo. Educação: sonho possível. In. BRANDÃO, Carlos R. **Educador vida e morte**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CCEP N° 207 de 27 de janeiro de 1984. **Fixa o Currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás e dá outras providências**. Goiânia, 1984.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre Mito e Política**. 2ª ed. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp. 2002.